



## **Discriminação no mercado de trabalho: o caso dos moradores de favelas cariocas**

**N° 20050301**  
**Março - 2005**

Valéria Pero/Adalberto Cardoso/Peter Elias - IUPERJ



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Urbanismo**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

## **EXPEDIENTE**

---

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : [www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br).

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

### **Periodicidade:**

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

### **Submissão dos artigos:**

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

### **Conselho Editorial:**

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

### **Coordenação Técnica:**

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

### **Apoio:**

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

# DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DOS MORADORES DE FAVELAS CARIOCAS<sup>1</sup>

---

*Valéria Pero<sup>2</sup>/Adalberto Cardoso<sup>3</sup>/Peter Elias<sup>4</sup> - IUPERJ*

## Introdução

A história do Rio de Janeiro no século XX não pode ser escrita sem levar em conta o crescimento das favelas. A modernização urbana implementada no começo do século removeu os cortiços do centro da cidade sem que houvesse uma política habitacional para a população pobre. As limitações impostas pela distância, os custos de transporte elevados, fizeram com que a população ocupasse os espaços vazios dos morros localizados à beira do espaço urbano, originando o fenômeno denominado favela.

O crescimento do fluxo migratório proveniente das regiões pobres e agrícolas do país em direção aos centros urbanos e industriais, como a cidade do Rio de Janeiro, acelerou o crescimento das favelas nas décadas de 1940 e 1950. Algumas iniciativas governamentais foram implementadas com o objetivo de remover essa população para conjuntos habitacionais nos subúrbios, porém na realidade as autoridades públicas “fecharam os olhos” para o crescimento das favelas. Tendo em vista a funcionalidade do trabalho de baixa renda para o crescimento da indústria e para fins eleitorais, consolidou-se o ciclo “pobreza, migração rural-urbana e favelização”.

Ao longo da segunda metade do século passado, a economia da cidade do Rio de Janeiro decresceu em relação à da cidade de São Paulo. Somado a isso, a transferência da capital para Brasília, ou o modo como se deu essa mudança, e a crise da década de 1980 contribuíram para a perda de dinamismo da economia carioca. É importante frisar que na década de 1980 apesar de se ter registrado, pela primeira vez na história, um fluxo migratório negativo para a cidade do Rio de Janeiro, as favelas continuaram crescendo.

A despeito de numerosas tentativas de erradicação dessa forma de moradia, ela se multiplicou no decorrer do século XX. Tanto que as taxas de crescimento populacional foram maiores nas favelas do que fora delas durante as décadas de 1980 e 1990. Hoje existem mais de 600 favelas na cidade do Rio de Janeiro, contando com uma população superior a um milhão de pessoas, segundo o Censo 2000. Aproximadamente 20% da população da cidade vivem em favelas cuja infra-estrutura é deficiente, com impactos negativos sobre o a qualidade de vida e a produtividade da economia, além do aumento da vulnerabilidade desta.

As baixas taxas de fecundidade e a diminuição da migração para o Rio de Janeiro têm provocado mudanças na composição da população, que tem um perfil mais idoso, tornando frágil a relação consagrada, tanto na literatura quanto no senso

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer ao Fernando Cavallieri e Soraya Christina Silva de Oliveira pelos comentários que contribuíram para melhorar o texto.

<sup>2</sup> IE-UFRJ

<sup>3</sup> IUPERJ

<sup>4</sup> IER-University of Warwick

comum, entre migração, pobreza e favelização. A literatura que, apoiada em evidências empíricas, caracterizou a favela como um espaço da exclusão social não se sustenta mais. O que se nota hoje é uma grande heterogeneidade entre e intra favelas no que diz respeito tanto às suas especificidades quanto a aspectos históricos, locais, à dinâmica econômica, ao padrão de intervenção pública, às expressões culturais, à violência, entre outros.

Além disso, nesse tipo de ocupação informal há carências de muitas das amenidades urbanas tidas como básicas. São freqüentemente citados como problemas desse tipo o acesso a um serviço de saneamento de qualidade e a utilidades como iluminação pública e serviços de telecomunicação. Menos abordados são os problemas relacionados à ausência de títulos de propriedade, o que faz da vida na favela uma vida, na maior parte dos casos, sem endereços.

Desde 1994, a prefeitura do Rio de Janeiro está desenvolvendo o programa denominado Favela-Bairro, que vem mudando a situação das favelas dotando-as de infra-estrutura como iluminação pública, oferta de serviços de saneamento e água e melhorando o acesso a muitas de suas ruas. Parques têm sido construídos nas bordas das favelas, na tentativa de integrar a população favelada com os demais habitantes da cidade. Além disso, foram esboçadas algumas tentativas de integrar os moradores das favelas ao mercado de trabalho através de programas de treinamento, criação de empregos e geração de renda.

Apesar da natureza inovadora do programa, os gastos realizados, que foram altos se comparados com a renda per capita dos moradores das favelas, tiveram pouco sucesso em melhorar a posição desses no mercado de trabalho. A discriminação espacial seja de grupos étnicos, culturais ou econômicos é um fenômeno corriqueiro nas sociedades modernas. A literatura tem centrado seus esforços na tentativa de mensurar os impactos sociais da discriminação espacial, mais ou menos estruturada, e sua configuração em termos de dinamismo econômico, hábitos de consumo, reprodução dos padrões de desigualdade e de bem-estar em suas várias dimensões (incluindo saúde, educação, saneamento, violência social, etc.), habilidades pessoais, criação e reprodução do “fundamentalismo cultural”, entre outros.

Ao contrário de outras formas de preconceitos (como o racismo e a xenofobia) a discriminação espacial tem uma fronteira clara que é a distribuição geográfica dos recursos econômicos e sociais entre os membros de uma comunidade que segrega e, muitas vezes, estigmatiza certos grupos podendo chegar a situações extremas como o caso do Apartheid na África do Sul, em que a segregação era sustentada pelo Estado, ou os Guetos dos EUA. Comunidades discriminadas no espaço tendem a estar segregadas espacialmente quanto à possibilidade de acesso aos recursos e serviços disponíveis na sociedade, sejam esses públicos ou privados.

Esse artigo busca analisar empiricamente se existe discriminação de renda contra os trabalhadores que moram em favelas da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, serão utilizadas duas fontes de dados: o Censo Demográfico de 2000 e uma pesquisa (Pesquisa Sócio-Econômica nas Comunidades de Baixa Renda) que coletou informações sobre emprego e renda dos moradores das favelas na cidade do Rio de Janeiro. A idéia é avaliar se trabalhadores com características semelhantes têm remunerações diferenciadas pelo fato de estarem morando em favelas. A conclusão que chegamos é que há muito a ser feito para acabar com o estereótipo carregado

pelos moradores de favelas que estão empregados e criar incentivos positivos para que os moradores das favelas sejam absorvidos em atividades produtivas que possibilitem a maximização de seus potenciais.

## 1. Análise empírica: preliminares

### 1.1 – Base de dados

Desde 1950 o Censo Demográfico brasileiro incorporou uma variável que permite a identificação de uma “aglomeração urbana subnormal”. Na cidade do Rio de Janeiro, essa classificação denota principalmente as favelas, devido à sua configuração geográfica e ao padrão de urbanização adotado.

O conceito de “subnormal” tem um tom pejorativo e se refere tanto às condições físicas quanto legais das moradias, as quais são comumente referidas como barracos, que são construídas em meio a um conjunto de ausências: não há permissão oficial, não existem títulos de propriedade, faltam infra-estrutura e serviços públicos, entre outras<sup>5</sup>. O conceito também diz respeito à favela como o local da pobreza, isto é, o local da carência de recursos materiais e econômicos. Atualmente essa perspectiva vem sendo contestada dado que a favela é um fenômeno muito mais heterogêneo e complexo.

Por exemplo, Lago (2000) sugere que a redução da migração de pobres nordestinos nas duas últimas décadas fez com que fosse revista a associação histórica que havia entre migração, pobreza e favelização. Valladares e Pretecelli (2000) argumentam que a associação que se faz da favela como o espaço urbano de exclusão social não é comprovada pelos fatos e pelas tipologias, pois não há nenhuma característica que distingue os moradores das favelas dos do restante do tecido urbano<sup>6</sup>.

Por que então estudar a discriminação no mercado de trabalho do Rio de Janeiro contra os moradores das favelas? Pois existem evidências empíricas que merecem um estudo mais aprofundado. A renda média dos moradores das favelas é menor que a dos não moradores, mesmo após controlar os efeitos das características individuais como idade e escolaridade. Além disso, a taxa de emprego é menor e a média de horas trabalhadas é maior para os moradores das favelas do que para os não moradores.

As mesmas características podem ser verificadas em ambas as bases de dados utilizadas. Uma é o Censo 2000, que adota a definição de favela como “aglomeração urbana subnormal”. A outra é a Pesquisa Sócio-Econômica das Comunidades de Baixa Renda (PCBR) elaborada pelo SCIENCE/IBGE entre 1998 e 2000 aplicada pela SCIENCE/Secretaria Municipal do Trabalho<sup>7</sup>. Para comparar o resto da cidade com esta última base de dados foram utilizadas as informações da Pesquisa Mensal de

<sup>5</sup> Isso é como o Censo de 1950 definia favela. Ver Pino (1997: 38).

<sup>6</sup> Veja também Silva (2000) and Souto (2001).

<sup>7</sup> A pesquisa foi realizada para uma amostra de moradores de 51 favelas da cidade do Rio de Janeiro beneficiadas pelo programa Favela-Bairro. Note que a maneira como a favela foi selecionada é totalmente diferente daquela do Censo. Na Pesquisa Socioeconômica das Comunidades de Baixa Renda, foram selecionadas a priori as comunidades definidas como favelas.

Emprego (PME) do IBGE para a região metropolitana do Rio de Janeiro nos meses e anos correspondente aos da PCBR.

As figuras 1 e 2 mostram que a taxa de ocupação e a renda média por hora trabalhada segundo grupos de idade para os trabalhadores moradores de favelas é menor do que para os não moradores, em ambas as bases de dados. Esse é um aspecto importante, já que essas bases utilizam critérios distintos para definir quem é considerado um morador de favela. Além do que a comparação com outras características, como escolaridade média por grupo etário ou horas trabalhadas por semana, entre os moradores ou não de favelas da cidade do Rio de Janeiro, tendem a apresentar resultados similares tanto para o Censo quanto para a PCBR.

Figura 1: Taxa de emprego por faixa de idade 3

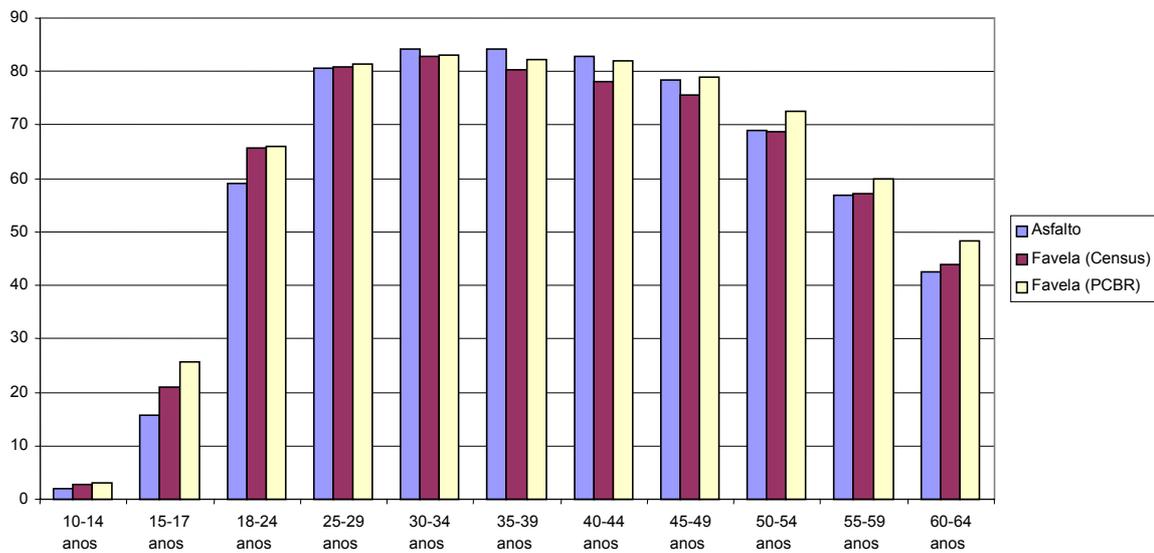
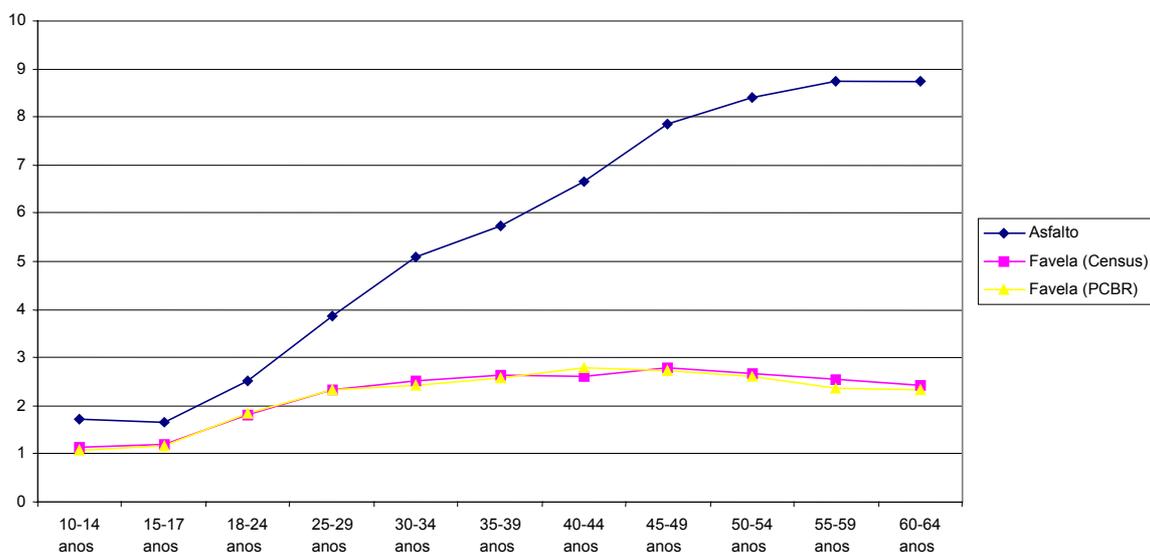


Figura 2: Renda-hora real por faixa etária



Esses resultados sugerem que “aglomerações urbanas subnormais” é uma boa *proxy* para descrever as favelas. Assim, optamos por fazer nossa análise empírica utilizando os dados do Censo 2000, pois este nos dá uma maior possibilidade de estabelecer comparações tanto no tempo quanto no espaço.

## 1.2 – Universo de Análise

O estado do Rio de Janeiro possuía no ano 2000 uma população de 14,3 milhões de habitantes, o que representava 8% da população brasileira. O universo de análise foi configurado da seguinte maneira. Primeiro, consideramos apenas a capital do estado, que representa 40% da população deste. Essa restrição se deve principalmente ao fato de que as favelas estão sobre-representadas na cidade do Rio de Janeiro. Como pode ser visto na tabela 1, que adota a classificação do Censo, 80% dos moradores das favelas estão na capital do estado.

Tabela 1  
Composição da população do estado do Rio de Janeiro

	Cidade do Rio de Janeiro	Demais cidades	Estado do Rio de Janeiro
Fora da Favela	4.699.949	8.210.512	12.910.461
Favela	1.094.922	292.671	1.387.593
<b>Total</b>	<b>5.794.871</b>	<b>8.503.183</b>	<b>14.298.054</b>

Fonte: Censo 2000

Segundo, restringimos o universo de análise aos trabalhadores ocupados com renda maior que zero para realizar a análise dos diferenciais de rendimento. Essas restrições geraram uma amostra de aproximadamente 223.000 observações, que expandida representa 40% dos residentes da cidade do Rio de Janeiro em 2000.

Na próxima seção apresentaremos uma comparação entre características demográficas da população moradora ou não das favelas na cidade do Rio de Janeiro, e daí partimos para uma análise das condições do mercado de trabalho para os moradores de favelas.

## 2. Características dos moradores das favelas

A tabela 2 apresenta algumas características da população carioca em relação à moradia ou não em favelas. As informações sobre a situação familiar revelam uma maior quantidade de filhos nos lares das favelas em relação aos demais lares, o que é coerente com um padrão mais jovem que caracteriza essa população. Por exemplo, enquanto crianças com menos de 17 anos de idade representam 36% dos moradores das favelas, esse número cai para 26% dos residentes em outras áreas. Essa sobre-representação da população mais jovem nas favelas contribui para a alta taxa de dependência existente nessas áreas. Além disso, a participação do grupo de idade acima dos 50 anos é maior entre os moradores fora das favelas da cidade do Rio.

Tabela 2  
Composição da população moradora e não moradora de favela por  
posição na família, sexo, raça e grupo etário para o Rio de Janeiro – em %

	Favela	Não-favela	Rio de Janeiro
<b>Posição na família</b>			
Chefe	28,0	32,0	31,2
Cônjuge	18,2	19,5	19,2
Filho	41,8	36,7	37,7
Outros	12,0	11,9	11,9
<b>Raça</b>			
Negros e pardos	58,6	36,5	40,6
Brancos e amarelos	41,4	63,5	59,4
<b>Sexo</b>			
Feminino	51,4	53,5	53,1
Masculino	48,6	46,5	46,9
<b>Grupo etário</b>			
0 a 6	15,6	9,6	10,8
7 a 10	7,7	5,5	5,9
11 a 14	7,3	5,9	6,1
15 a 17	5,8	4,7	4,9
18 a 24	14,3	12,0	12,5
25 a 29	9,1	7,7	8,0
30 a 39	15,9	15,3	15,4
40 a 49	11,6	14,6	14,0
50 a 59	6,6	10,3	9,6
60 a 64	2,2	4,0	3,7
65 e mais	4,0	10,3	9,1

Fonte: Tabela construída pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) com base no Censo 2000.

A análise por raça revela que os negros predominam entre os moradores das favelas enquanto os não negros predominam entre os moradores fora das favelas. Por exemplo, cerca de 60% dos moradores das favelas são negros enquanto 63% dos não moradores são brancos. Em outras palavras, a comparação entre favela e não-favela no que diz respeito à raça mostra uma composição quase inversa à da população. Por último, a tabela 2 revela que a presença masculina é relativamente maior nas favelas quando comparada com a composição por sexo dos moradores fora da favela.

Existe uma enorme literatura que associa o déficit educacional à desigualdade de renda e pobreza no Brasil<sup>8</sup>. O nível médio de escolaridade no Brasil é de seis anos, ou seja, é muito baixo, mesmo quando se compara com os demais países da América Latina. Esse baixo nível de escolaridade, em uma perspectiva internacional é mais crítico em relação aos pobres, pois quanto mais pobre a família menor o grau de escolaridade. Desse modo, como a probabilidade de ser pobre é, em grande parte,

<sup>8</sup> A revisão desta literatura está em Menezes-Filho (2001).

determinada pelo nível de educação, existe um processo de transmissão intergeracional da pobreza.<sup>9</sup>

Apesar do número médio de anos de estudo população do Rio de Janeiro ser um dos mais altos do país, existe uma grande diferença em termos de escolaridade entre moradores e não moradores das favelas. Conforme pode ser visto na tabela 3, a taxa de analfabetismo entre adultos moradores de favelas (10%) excede em mais de três vezes a dos que vivem fora das favelas (3%). A proporção de pessoas com menos de 8 anos de escolaridade representa 82% do total de moradores das favelas e 46% nas demais áreas das cidades. Somente 2% de moradores das favelas conseguiram atingir o topo da estrutura educacional, isto é, freqüentam ou concluíram o ensino superior, enquanto que entre os não moradores essa proporção cresce para 25%.

Tabela 3

Escolaridade dos moradores das favelas no Rio de Janeiro e dos não moradores %			
	Favela	Não-Favela	Rio de Janeiro
<b>Escolaridade dos Adultos</b>			
Analfabetismo (maiores de 15 anos)	9,8	2,8	4,0
Escolaridade média (maiores de 25 anos)	5,2	9,1	8,5
Grau de escolaridade (maiores de 25 anos)			
Analfabetos	12,5	3,8	5,1
1 a 3 anos	18,7	7,4	9,2
4 anos	20,6	14,1	15,1
5 a 7 anos	17,8	8,5	9,9
8 anos	13,0	12,6	12,6
9 a 10 anos	4,6	5,1	5,0
11 anos	10,6	24,0	21,9
12 anos ou mais	2,2	24,5	21,0
<b>Crianças</b>			
Analfabetismo (10 a 14 anos)	3,2	1,3	1,8
Freqüência escolar (7 a 14 anos)	94,3	97,6	96,8
Proporção com 2 ou mais anos de atraso (10 a 14 anos)	19,7	9,8	12,1
Atraso médio	1,4	0,8	1,0

Fonte: Tabela construída pelo IETS a partir do Censo 2000

A diferença entre o desempenho educacional das crianças que moram em favelas em relação às que habitam fora também é significativa, embora em grau menor. A taxa de analfabetismo para as crianças moradoras da favela é cerca de duas vezes maior do que aquela para as crianças não moradoras, sendo que 94% das crianças das favelas freqüentam a escola. Esses são bons indicadores, pois mostram que as desigualdades educacionais vão seguir diminuindo ao longo das gerações. Mesmo assim, o desempenho escolar das crianças moradoras das favelas é pior. Por exemplo, 20% das crianças entre 10 e 14 anos moradoras das favelas têm mais de dois anos de atraso escolar enquanto que entre as não moradoras esta proporção é de 10%. Além

<sup>9</sup> Barros et all (2001).

disso, o atraso escolar (1,4 anos) é cerca de duas vezes maior para os moradores da favela em relação aos não moradores (0,8 anos).

Tabela 4  
Tamanho da família e composição da renda

	Favela	Não-favela	Rio de Janeiro
Número médio de pessoas vivendo no domicílio	3,6	3,1	3,2
Composição da renda (em %)			
Renda do trabalho	81,2	68,4	69,1
Rendas auxiliares (pensão, seguro desemprego, etc.)	15,2	25,9	25,3
Outras rendas	3,6	5,7	5,6

Fonte: Tabela construída pelo IETS com base no Censo 2000.

Essa desvantagem em termos do desempenho educacional e sua transmissão intergeracional se torna mais perversa quando se leva em conta o fato de que 80% da renda dos moradores de favelas provem do mercado de trabalho (tabela 4). Essa proporção cai para 68% entre aqueles que não moram em favelas, o que significa que outras fontes de renda como seguro-desemprego, pensões, aluguéis etc. beneficiam relativamente mais os que não moram em favelas<sup>10</sup>.

### 3. Situação Econômica dos Moradores de Favela

Conforme dito anteriormente, a importância dos rendimentos do trabalho na renda total dos moradores das favelas é maior do que para o restante da população do Rio. Além disso, a tabela 5 mostra que a taxa de participação é sempre maior para os moradores da favela quer se considere as condições de habitação, sexo e nível de escolaridade. No entanto, isso não se verifica quando a análise é feita para os grupos etários. Os mais jovens e os mais velhos apresentam taxas de participação maiores entre os moradores do que entre os não moradores. De um lado, isso quer dizer que os jovens entram no mercado de trabalho mais cedo, o que repercute negativamente no desempenho escolar destes. Fato que afeta a renda desta geração durante toda sua vida produtiva. Por outro lado, a falta de perspectiva de aumentos na renda durante a vida produtiva, somada à ineficiência do sistema previdenciário, incentivam os idosos a permanecerem no mercado de trabalho.

<sup>10</sup> Ferreira e Barros (1999) apresentam evidências empíricas de que no Brasil a proporção de outras rendas na renda total da população pobre é menor do que entre os não pobres.

**Tabela 5**  
**Taxa de Participação no Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro em 2000**

	Favela	Não-Favela	Rio de Janeiro
<b>Taxa de participação(15 anos de idade)</b>	66,4	60,2	61,3
<b>Condição domiciliar</b>			
Chefe	77,4	67,3	69,0
Cônjuge	53,3	48,8	49,6
Filho	63,1	63,6	63,5
Outros parentes	63,8	51,5	53,5
Outros	--	--	--
<b>Gênero</b>			
Mulher	54,3	49,3	50,1
Homem	79,7	73,4	74,6
<b>Faixa etária</b>			
15 a 17	33,0	20,7	23,4
18 a 24	72,7	69,1	69,9
25 a 29	78,7	82,4	81,6
30 a 39	78,8	81,6	81,0
40 a 49	75,2	76,3	76,1
50 a 59	58,6	55,3	55,7
60 a 64	37,7	32,5	33,1
65 e mais	17,5	12,8	13,2
<b>Faixa educacional(25 anos ou mais)</b>			
0 anos de estudo	48,4	33,4	39,1
1 a 3 anos de estudo	61,9	44,9	50,5
4 anos de estudo	65,6	42,0	47,5
5 a 7 anos de estudo	66,2	56,0	59,1
8 anos de estudo	70,7	53,3	56,4
9 a 10 anos de estudo	69,6	55,8	57,8
11 anos de estudo	81,5	68,3	69,4
12 ou mais anos de estudo	80,4	77,9	77,9

Um outro fato marcante é que a taxa de desemprego entre moradores das favelas é de 20%, sendo significativamente maior do que para os não moradores (15%), conforme pode ser visto na tabela 6. Esse resultado sugere a existência de algum efeito discriminatório no emprego de trabalhadores que moram em favelas, com um aspecto ainda mais preocupante se considerarmos o fato de que a maior diferença entre as taxas de desemprego de moradores e não moradores em favelas está entre os chefes de família.

O ciclo de vida das pessoas de baixa renda e a dificuldade de encontrar um emprego pode explicar, pelo menos em parte, o “sonho” de conseguir um emprego formal, dado que este tem um padrão superior ao informal no que diz respeito à estabilidade<sup>11</sup>. De fato a tabela 6 mostra que a proporção de empregados formais os moradores de favelas (52%) é maior que entre os não moradores (47%), o mesmo ocorrendo com os empregados sem carteira de trabalho assinada (27%). Ou seja, quase 80% dos moradores de favelas estão no mercado de trabalho na condição de empregados.

<sup>11</sup> Para maiores detalhes ver Rezende e Burgos (1997).

Tabela 6  
Características do mercado de trabalho (para maiores de 15 anos)

	Favela	Não-favela	Rio de Janeiro
Taxa de desemprego (%)	19,7	15,2	16,0
Tipos de emprego (%)			
Formal	52,0	47,3	48,1
Informal	26,7	25,1	25,4
Autônomo	19,9	21,8	21,5
Empregador	0,6	4,5	3,8
Sem renda	0,7	1,3	1,2
Número médio de horas trabalhadas na semana	45	42	43
Renda média (R\$)	482	1.416	1.251

Fonte: tabela construída pelo IETS baseado no Censo 2000

Em contrapartida, a participação dos não moradores é maior tanto no que diz respeito à posição de autônomo quanto a de empregador. Ainda na tabela 6, o número de empregadores entre os não moradores é seis vezes maior do que entre os moradores de favelas. A possibilidade de se tornar empresário depende de capital, humano e físico, disponível para os negócios. A falta de oportunidades para as pessoas mais pobres tem como origem as desvantagens em termos de educação, de capacitação e da falta de acesso a mecanismos de crédito. É importante notar que cerca de 20% dos trabalhadores moradores das favelas são autônomos, o que na maioria das vezes quer dizer trabalhadores sem renda fixa e que vivem da venda de serviços ou produtos de baixa qualidade.

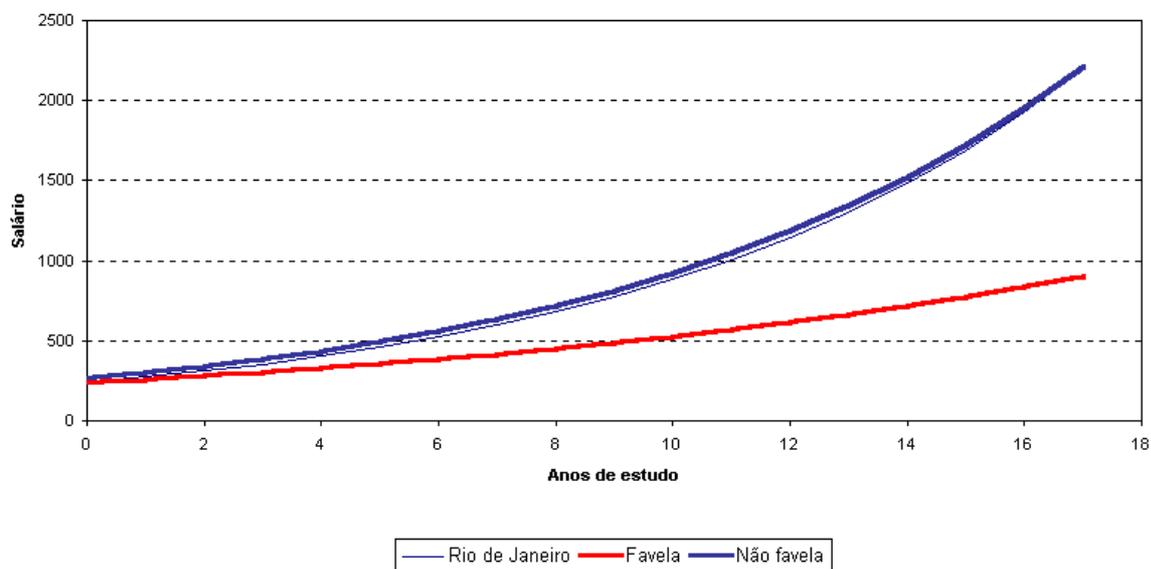
Finalmente, os moradores das favelas trabalham mais horas por semana (45) do que os não moradores (42). Mesmo assim, a renda média do trabalhador não morador (R\$ 1.400) é três vezes maior da renda média do morador (R\$ 480).<sup>12</sup> Mesmo após controlar a renda por anos de escolaridade, o hiato de renda entre os trabalhadores moradores e não moradores de favelas persiste. A figura 3 mostra claramente que esse hiato de renda aumenta significativamente com a escolaridade<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Algumas comparações sobre indicadores de pobreza e desigualdade de renda podem ser vistas nas tabelas H a K do Anexo.

<sup>13</sup> O mesmo acontece quando com a renda por hora trabalhada.

Figura 3

Relação entre anos de estudo e renda na ocupação principal



É interessante notar que até quatro anos de escolaridade (o que corresponde ao ensino básico ou fundamental) não há uma diferença significativa entre a renda dos moradores e não moradores. Por exemplo: a diferença de renda é de 33% para trabalhadores com quatro anos de escolaridade, 60% para trabalhadores com oito anos de escolaridade e 84% para aqueles com onze anos de escolaridade. Como a escolaridade é o fator que mais contribui, isoladamente, para a diferença de renda, esses resultados nos permitem suspeitar que há algum tipo de discriminação contra os moradores das favelas cariocas.

Entretanto, a renda mais baixa do morador da favela mesmo após controlada pelos anos de escolaridade, pode ser o reflexo de diferenças demográficas – população jovem maior – e/ou sobre representação da população negra, e não o reflexo de uma discriminação espacial em si. Nesse sentido, a próxima seção apresentará um análise empírica buscando evidências sobre a discriminação de renda contra trabalhadores que moram em favelas da cidade do Rio de Janeiro.

#### 4. Diferenças de rendimento

A discriminação no mercado de trabalho ocorre quando indivíduos, cuja produtividade do trabalho é idêntica, recebem remunerações diferenciadas devido a questões demográficas ou características inatas, como sexo ou cor. Existem dois tipos proeminentes de discriminação. O primeiro ocorre quando o empregador paga salários menores às mulheres, por exemplo, do que para os homens, apesar delas terem a mesma escolaridade, experiência e trabalharem nas mesmas condições e na mesma função que os homens. Essa é a discriminação de rendimentos. O segundo tipo ocorre quando o potencial produtivo e o nível de conhecimento disponíveis para as mulheres, seguindo o exemplo anterior, é limitado. Desse modo, essas só ocuparão cargos com baixa remuneração e/ou com baixo grau de responsabilidade e poder de decisão. Nesse caso, tem-se segregação profissional.

Existindo diferenças na remuneração de trabalhadores de igual produtividade, sendo que um mora em favela e o outro não, pode-se afirmar que se trata de um tipo de discriminação? Por um lado, morar ou não em uma favela não pode ser considerado uma característica inata do indivíduo, mas sim um fenômeno demográfico associado à decisão sobre o local de residência. Por outro lado, como está bem enraizado na literatura, o crescimento das favelas no Rio de Janeiro está relacionado ao fluxo migratório de pobres nordestinos para uma cidade grande, decadente economicamente e sem uma política que garantisse habitação e direito de propriedade para os pobres. Desse modo, no início de sua expansão, as favelas eram praticamente a única alternativa de residência para os pobres, sendo ocupadas por trabalhadores braçais sem qualquer qualificação. A diferença de rendimento entre moradores ou não de favelas pode ser explicada, a princípio, tanto pela discriminação de rendimentos quanto pela segregação profissional.

Para estimar o “custo-favela” na equação de renda não será feita a distinção entre esses dois tipos de discriminação. Isso quer dizer que se existe algum efeito negativo nos rendimentos dos moradores das favelas não será possível distinguir se esse é causado pela discriminação dos empregadores, clientes e/ou outros empregados ou pela sobre-representação de trabalhadores em posto de trabalho de mais baixa qualificação.

#### 4.1. Equação de rendimento

Quando começamos a estimar o “custo-favela” através da regressão do logaritmo do rendimento por hora com uma série de características pessoais, o coeficiente negativo encontrado, que sugere a existência do “custo-favela”, não possui uma interpretação trivial. Uma leitura rápida poderia sugerir que após controlados os efeitos da escolaridade, idade, sexo e raça, os moradores das favelas ainda recebiam rendimentos menores. É verdade também, por exemplo, que uma parte considerável das favelas está localizada longe das áreas mais ricas da cidade, aumentando assim os custos do trabalho com transporte. Esse seria o “custo-favela” ou o “custo-distância” em relação ao centro dinâmico da cidade?

Para uma melhor interpretação do coeficiente, dividimos a cidade do Rio de Janeiro em seis áreas, a partir da localização geográfica<sup>14</sup>. As diferenças em termos de dinamismo econômico entre essas áreas são grandes, sendo que quanto mais dinâmica economicamente é a área maior é a desigualdade sócio-econômica dentro desta. Como já era esperado, a zona sul possui a maior renda média tanto para o moradores das favelas quanto para os não moradores, assim como a maior disparidade de renda entre esses dois grupos. É importante notar que não há diferenças significativas entre o rendimento médio dos moradores das favelas da zona sul se comparado com os moradores das favelas residentes em outras áreas. Ou seja, a hierarquia espacial em termos de renda no Rio de Janeiro é melhor captada quando se analisam os rendimentos dos não moradores de favelas.

<sup>14</sup> O recorte das áreas da cidade do Rio de Janeiro foi elaborada por Barros (2000) para análise do Relatório de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro. Zona Sul – Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca e Rocinha – Zona Norte: Centro, Rio Comprido, Tijuca Vila Isabel, Méier e Santa Teresa – Subúrbio Próximo: Portuária, São Cristóvão, Ramos, Inhaúma, Ilha do Governador, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré – Subúrbio Distante: Penha, Irajá, Anchieta e Pavuna – Madureira/Jacarepaguá: Madureira e Jacarepaguá – Zona Oeste: Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba

Tabela 7

Rendimento médio (R\$) e composição da população por área de residência

Área	Favela	Não-favela	Total	Dif(%)
<b>Rendimento médio</b>				
1.Zona sul	437	2476	2.173	566,6
2.Zona norte	361	1284	1.179	355,7
3.Subúrbio próximo	382	880	694	230,4
4.Subúrbio distante	363	728	655	200,6
5.Madureira/Jacarepaguá	391	896	806	229,2
6.Zona oeste	368	564	542	153,2
<b>Composição da população</b>				
1.Zona sul	2,4	13,8	16,2	464,7
2.Zona norte	1,9	14,9	16,8	674,7
3.Subúrbio próximo	5,3	8,8	14,0	65,9
4.Subúrbio distante	3,1	14,6	17,7	364,8
5.Madureira /Jacarepaguá	2,6	11,9	14,4	359,3
6.Zona oeste	2,3	18,4	20,7	698,0

Fonte: Censo 2000

Além disso, ainda na tabela 7, as proporções de trabalhadores moradores das favelas são maiores nos subúrbios próximos e subúrbios distantes. A sobre-representação dos subúrbios próximos se deve à presença de dois complexos de favelas, o Complexo do Alemão e o Complexo da Maré e a favela do Jacarezinho, que têm grandes dimensões populacionais. A zona oeste é a mais pobre, porém a população favelada é pequena.

Mesmo controlando por áreas da cidade, mensurar o “custo-favela” continua sendo uma tarefa complicada devido à presença do efeito composição. O “custo-favela” será, então, estimado a partir das áreas da cidade, tornando sua interpretação mais clara: Existe alguma diferença de rendimento entre moradores e não moradores de favelas considerando a mesma área na cidade do Rio de Janeiro, depois de se controlar as características individuais?

Formalmente, a equação que segue representa a interação entre o logaritmo do rendimento por hora,  $w$ , e uma série de características do indivíduo  $i$ :

$$\ln(w_i) = \alpha + \beta X_i + u_i$$

Onde  $\beta$  é o vetor de coeficientes e  $X$  é o vetor de variáveis independentes que inclui as seguintes *dummies*:

- Sexo
- Raça: negro e pardo e branco e amarelo
- Deficiência física
- Analfabetismo
- Mães de crianças com menos de quatro anos
- Anos de escolaridade
- Grupos de idade a partir do dez anos, dividido de cinco em cinco anos
- Área (sem favela) e área de favela

A tabela 8 merece alguns comentários interessantes. Primeiro, o coeficiente de discriminação racial é significativo e negativo para negros e pardos. Para mulheres, a diferença de rendimento em relação aos homens é grande e significativa. Possuir alguma deficiência física está associado a receber rendimentos menores. Trabalhadores que não sabem ler nem escrever sempre encontram desvantagem em relação aos rendimentos. Mas, surpreendentemente, para mães de filhos com menos de quatro anos, existem efeitos positivos nos rendimentos se comparado com as mulheres que não têm filhos nessa faixa de idade.

Tabela 8  
Equação de rendimento utilizando OLS

	Coeficiente	Desvio padrão	T	Sig.
<b>(Constante)</b>	0,627	0,011	58,353	0,000
Mulheres	-0,284	0,001	-275,015	0,000
Negros	-0,132	0,001	-123,370	0,000
Def.Fis.	-0,173	0,008	-20,757	0,000
Analfabetos	-0,199	0,004	-44,527	0,000
Crianças	0,098	0,002	41,613	0,000
Escolaridade1	-0,030	0,005	-5,623	0,000
Escolaridade2	-0,026	0,005	-5,076	0,000
Escolaridade3	0,014	0,005	2,801	0,005
Escolaridade4	0,047	0,005	10,436	0,000
Escolaridade5	0,116	0,005	23,764	0,000
Escolaridade6	0,166	0,005	32,903	0,000
Escolaridade7	0,211	0,005	43,050	0,000
Escolaridade8	0,283	0,004	62,957	0,000
Escolaridade9	0,367	0,005	71,111	0,000
Escolaridade10	0,431	0,005	87,865	0,000
Escolaridade11	0,677	0,004	154,035	0,000
Escolaridade12	0,999	0,005	184,688	0,000
Escolaridade13	1,069	0,005	200,273	0,000
Escolaridade14	1,180	0,005	222,321	0,000
Escolaridade15	1,402	0,005	305,653	0,000
Escolaridade16	1,556	0,005	321,108	0,000
Escolaridade17	1,808	0,005	349,911	0,000
Escolaridade ND	0,326	0,009	37,324	0,000
Escolaridade AL	-0,077	0,017	-4,411	0,000
Idade2	-0,081	0,011	-7,612	0,000
Idade3	0,119	0,010	12,056	0,000
Idade4	0,355	0,010	35,798	0,000
Idade5	0,495	0,010	49,912	0,000
Idade6	0,561	0,010	56,680	0,000
Idade7	0,627	0,010	63,217	0,000
Idade8	0,701	0,010	70,589	0,000
Idade9	0,727	0,010	72,859	0,000
Idade10	0,750	0,010	74,388	0,000

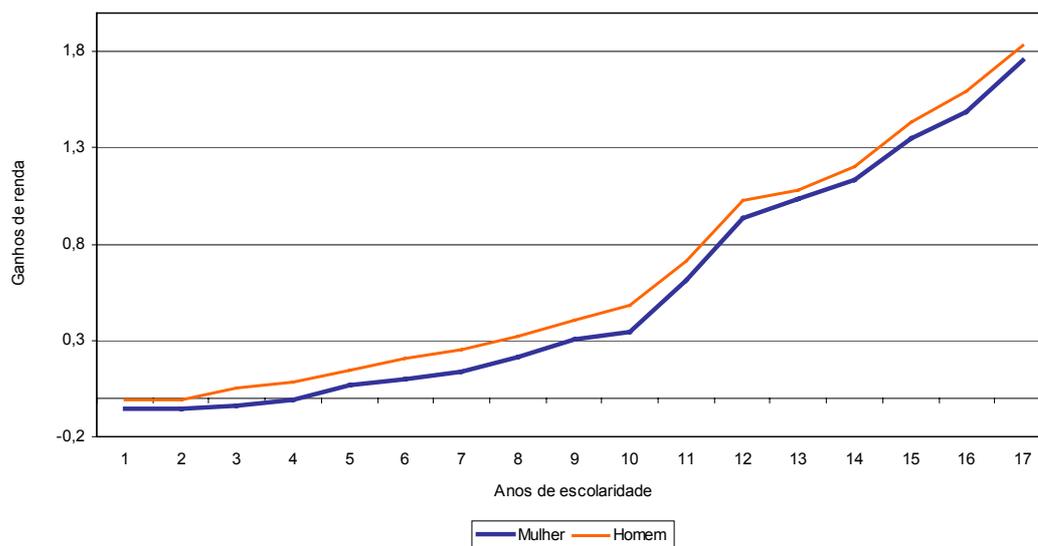
Idade11	0,735	0,010	71,753	0,000
Idade12	0,723	0,010	70,418	0,000
Área2	-0,295	0,002	-159,690	0,000
Área3	-0,408	0,002	-186,887	0,000
Área4	-0,473	0,002	-241,833	0,000
Área5	-0,406	0,002	-201,393	0,000
Área6	-0,551	0,002	-288,466	0,000
Favela1	-0,472	0,004	-134,498	0,000
Favela2	-0,603	0,004	-155,871	0,000
Favela3	-0,621	0,003	-232,884	0,000
Favela4	-0,646	0,003	-202,292	0,000
Favela5	-0,564	0,003	-163,433	0,000
Favela6	-0,646	0,004	-179,395	0,000
R <sup>2</sup>	0,499			
F-test	48.881,21			

Fonte: Censo 2000.

O efeito estimado da escolaridade nos rendimentos individuais segue um padrão interessante. Os primeiros dois anos de escolaridade apresentam efeitos negativos nos rendimentos. Após o terceiro ano, os efeitos passam a ser positivos, especialmente após a conclusão do nível médio e a entrada na universidade. Esse padrão pode ser verificado tanto para homens quanto para mulheres, como revela a figura 4. Coeficientes de idade têm o efeito esperado nos rendimentos, quase formando uma curva em forma de U invertido.

Figura 4

Ganhos de renda com escolaridade por sexo



Finalmente, a área geográfica produz efeitos significativos e positivos. Como a *dummy* omitida foi para a zona sul sem favela, a área mais rica do Rio de Janeiro, as outras áreas estão associadas com efeitos negativos nos rendimentos. Esses efeitos são mais negativos quando se considera áreas de favelas. Por exemplo, o “custo-

favela” para a zona sul corresponde a um efeito negativo de 0,47 nos rendimentos, o que significa que os trabalhadores residentes em favelas recebem, na média, 47% a menos do que aqueles com características similares em termos de sexo, raça, escolaridade e idade, mas moram na zona sul fora das favelas.

Tabela 9  
“Custo-Favela” por área geográfica de residência

	<i>Total</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homem</i>
1. Zona Sul	-0,47	-0,39	-0,53
2. Zona Norte	-0,31	-0,29	-0,33
3. Subúrbio Próximo	-0,21	-0,20	-0,22
4. Subúrbio Distante	-0,17	-0,15	-0,19
5. Madureira/Jacarepaguá	-0,16	-0,16	-0,16
6. Zona Oeste	-0,10	-0,09	-0,10
<b>Total</b>	<b>-0,18</b>	<b>-0,17</b>	<b>-0,19</b>

Fonte: Censo 2000.

Entretanto, o efeito negativo nos rendimentos causado pela localização da moradia em favelas decresce com a distância em relação à zona sul. A tabela 9 mostra que o “custo-favela” da Zona Norte é -0,31 – calculado como efeito de morar em favela na Zona Norte (-0,60) tirando o efeito da área considerada sobre a renda (-0,29). Esse caso, por exemplo, revela que se uma pessoa morar na zona norte não-favela, terá um rendimento 29% inferior a uma pessoa com características semelhantes na zona sul não-favela, mas se morar na zona norte em favela, será 60% menor. Portanto, o custo-favela é a diferença, pois por morar na zona norte já perco 29% e o efeito favela só representa 31%. Esse custo vai diminuindo até chegar a -0,10 na Zona Oeste. Esses resultados eram de alguma forma esperados, pois quanto mais distante da área dinâmica, maior a chance de ser discriminado independentemente de estar morando em uma favela ou não.

## Conclusão

O “custo-favela” estimado pela análise de regressão dos rendimentos é significativo e pode estar revelando algum tipo de discriminação contra trabalhadores que moram nas favelas do Rio de Janeiro. Sendo esse o caso, tanto o processo de segregação profissional quanto o da discriminação de rendimento estão interagindo para criar um efeito negativo nos rendimentos dos moradores das favelas.

Porém, o “custo-favela” necessita de análise mais cuidadosa por dois motivos principais. Primeiro, a importância da qualidade da educação aumenta com a escolaridade em um duplo processo: mantendo a criança por um tempo maior na escola (diminuindo a repetência e evasão) e, depois, sinalizando a formação e capacitação profissional para o mercado de trabalho. Esse aspecto assume particular importância quando se leva em conta o acesso à universidade. Se o ingresso às melhores universidades é mais restrito para os moradores de favelas, isso limitará o

acesso aos melhores postos de trabalho e, por conseguinte, terá efeitos negativos sobre a renda. Relacionado a isso, está o fato de que as barreiras à entrada nas melhores universidades são maiores para os cursos em que os profissionais auferem maiores rendimentos no mercado de trabalho, deixando as maiores chances de entrada para as profissões cujos salários são menores, gerando um processo de segregação.

Uma outra questão relevante a ser considerada é a ocorrência de um viés de seleção natural, dado que uma pessoa que atinge alto grau de escolaridade e rendimento tende a sair da favela. Assim, os moradores das favelas tendem, em alguma magnitude, a ser um grupo seletivo que não alcançou certo nível de rendimento que garanta a mesma condição de vida fora da favela. Isso certamente não é verdade para aquelas pessoas que vivem intensamente a história da favela, que pode estar fortemente relacionada com a cultura do samba e também com outras situações que fazem com que a heterogeneidade dos moradores da favela venha aumentando com o tempo.

Finalmente, se fosse possível controlar a qualidade da educação e o efeito negativo nos rendimentos dos moradores de favelas persistisse teríamos evidências de que existe discriminação no mercado de trabalho contra este grupo populacional. Esse resultado nos leva a pensar que, além de melhorar a qualidade da educação, é preciso que se desenhem políticas multissetoriais e específicas para os moradores de favelas.

## Referências bibliográficas

BARROS, R., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. “Education and equitable economic development. Economia, vol.1, 2000.

BARROS, R. “Human Development Report of the city of Rio de Janeiro”, PNUD/IPEA/Prefeitura do Rio de Janeiro, mimeo, 2000.

BEHRMAN, J., BIRDSALL, N., e SZÉKELY, M. “Intergenerational mobility in Latin America: Deeper markets and better schools make a difference”. In: BIRDSALL, N. e GRAHAM, C. (eds), **New markets, new opportunities? Economic and social mobility in a changing world**, Brooking Institution Press, 2000.

BEHRMAN, J. GAVIRIA, A. e Székely, M. “Integenerational mobility in Latin America”. Economica, vol.2, n.1, 2001.

BURGOS, M.B. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, F.H.G e BARROS, R.P. “The slippery slope: explaining the increase in extreme poverty in urban Brazil, 1976-96”. Brazilian Review of Econometrics, vol.19, n.2, 1999.

LAGO, L.C. **Desigualdade e Segregação na MetrÓpole: O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Ed. Revan/FASE, 2000.

MENEZES-FILHO, N. A. “Educação e desigualdade”, In: **Microeconomia e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.

REZENDE, M.A. e BURGOS, M.B. “Notas sobre o trabalho em *favelas* do Rio de Janeiro. In: **Rio 97. O Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretária Municipal do Trabalho, 1997.

SILVA, J.S. **Por que uns e não outros? a caminhada de estudantes da Maré para a Universidade**. Tese de doutorado, Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SOUTO, J. **Barreiras, transgressões e invenções de mercado: a inserção econômica dos jovens pobres**. Tese de doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2000.

VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. “Favela, *favelas*: unidade ou diversidade da favela carioca.” In: RIBEIRO, L.C. (org). **O Futuro das MetrÓpolis: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2000.